



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001643-22.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil**
 Requerente: **Bv Leasing Arrendamento Mercantil Sa**
 Requerido: **Benedito Franco de Menezes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação rescisória com pedido de reintegração de posse proposta por BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A em face de BENEDITO FRANCO DE MENEZES. Afirmo que celebrou contrato de arrendamento mercantil com o requerido, atribuindo a ele a posse do veículo descrito na petição inicial. Sustento que o réu não cumpriu a obrigação assumida. Pede a rescisão contratual e a reintegração na posse do bem, bem assim a condenação do requerido ao pagamento das prestações vencidas até a reintegração.

Tutela de urgência cumprida integralmente a fls. 34/35.

Citado, o requerida não apresentou resposta (fl. 36).

A autora postulou o julgamento imediato (fl. 38).

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento no estado, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

O pedido é procedente.

Estabelece o artigo 319 do Código de Processo Civil que “se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor”.

O único réu não ofereceu resistência ao pedido, a lide versa sobre direitos patrimoniais e a petição inicial está suficientemente instruída.

A rescisão por culpa do requerido é matéria que não comporta discussão, pois o inadimplemento contratual não foi afastado.

O contrato celebrado entre as partes é bilateral e, portanto, obriga-as a prestações recíprocas. Assim, o inadimplemento possibilitou à autora requerer a rescisão contratual, nos termos do artigo 475 do Código Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante a inadimplência, impõe-se a rescisão contratual e a reintegração da autora na posse do imóvel.

Por outro lado, adotando posição do Superior Tribunal de Justiça ao julgar recurso repetitivo, aplica-se parcialmente o artigo 53 do Código de Defesa do Consumidor no que tange ao adimplemento ou necessidade de restituição de valores ao requerido, apurando-se o produto da soma do Valor Residual Garantido efetivamente pago com o valor da venda do bem.

Em liquidação de sentença, verificar-se-á a manutenção do dano caso o valor obtido seja inferior ao total do VRG pactuado.

Apurado valor superior, caberá ao réu o que sobejar. (REsp 1099212/RJ).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e: (1) reintegrar o autor na posse dos bens descritos na inicial e no auto de reintegração de posse de fls. 34, pelo que torno definitiva a decisão antecipatória de fl. 20; (2) reconhecer a responsabilidade do réu pelo pagamento de eventuais perdas e danos, nos termos da fundamentação, apurados em liquidação de sentença. Sucumbente, arcará o requerido com as custas processuais e com os honorários fixados, com fundamento no artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, em R\$ 800,00.

Aguarde-se o início da fase de cumprimento de sentença pelo prazo de seis meses e arquivem-se os autos.

P.R.I.

Ibaté, 14 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**